

a r r q u i v o

Q

quinze  
anos  
depois

NORBERTO BOBBIO

Apresentação de Celso Lafer

# Bobbio e o Holocausto – uma aproximação com Hannah Arendt



## I

“Quinze Anos Depois” é o texto do discurso pronunciado por Bobbio na sinagoga de Turim no dia 10 de janeiro de 1960, em uma manifestação de solidariedade à comunidade judaica. Foi publicado em *Risorgimento* (X, nº 1, gennaio/1960, pp. 8-9) e republicado em *Rassegna mensile di Israel* (junho de 1974). Está elencado na entrada nº 6007, pp. 100-1, da *Bibliografia degli Scritti di Norberto Bobbio – 1934-1993*, organizada por Carlo Violi (Roma-Bari, Laterza, 1995) e não foi subsequenteiramente incluído em coletâneas de ensaios de Bobbio.

Bobbio, como é sabido, esteve no Brasil em 1982, para um encontro em torno de sua obra e pessoa promovido pela Universidade de Brasília e para dar, em São Paulo, duas conferências na Faculdade de Direito da USP, que o prof. Tércio Sampaio Ferraz Jr. e eu organizamos. Foi neste contexto que o conheci pessoalmente e tive o privilégio de ir me tornando seu amigo. Esta amizade, do meu lado se baseava numa imensa admiração pela sua obra, cuja expressão inicial foi o longo prefácio que redigi para o seu primeiro livro publicado em 1980 no Brasil, *A Teoria das Formas de Governo* – prefácio que Bobbio conhecia e apreciou – (cf. Norberto Bobbio, *A Teoria das Formas de Governo*, trad. de Sérgio Bath, 10ª ed., Brasília, Ed. UnB, 1997, p. 5; pp. 4-27). Recebi a separata da republicação de 1974 de “Quindici anni dopo” do próprio Bobbio na seqüência da nossa interação pessoal no Brasil. Em carta que me enviou de Turim, em 2 de outubro de 1982, a propósito dos temas que naquela ocasião discutimos, escreveu:

*“Le ho spedito in questi giorni due pacchi di libri ed estratti miei, da aggiungere eventualmente allo scaffaletto della Sua biblioteca che comprende le opere di N.B. Una curiosità: troverà anche un estratto intitolato ‘Quindici Anni Dopo’ che riporta il discorso che tenni nella sinagoga di Torino, su invito della Comunità israelitica della città, quando apparvero quindici anni dopo la guerra (nel 1960) le prime svastiche sui muri di Torino. (Fui incaricato del discorso ufficiale in quanto non ebreo)”.*

A temática dos direitos humanos, como é sabido, está muito presente na obra de Bobbio e nessa mesma carta de 2 de outubro de 1982 me dizia que estava concluindo um texto sobre a pena de morte. Esse texto foi subsequenteiramente incorporado ao seu livro *L’Età dei Diritti* (Torino, Einaudi, 1990, p. XXIV, pp. 205-33). *A Era dos Direitos* (trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Campus, 1992) é um marco na reflexão de Bobbio sobre direitos humanos, cabendo mencionar que, na sua *Teoria Geral de Política* de 1999, superiormente organizada por Michelangelo Bovero e publicada no Brasil em 2000, o capítulo 9, incluído na quinta parte – “Direitos e Paz” – trata dos direitos do homem (Norberto Bobbio, *Teoria Geral de Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos* – trad. de Daniela Beccaccia Versiani, Rio de Janeiro, Campus, 2000). Em *Elogio da Serenidade e Outros Escritos Morais* (trad. de Marco Aurélio

Nogueira, São Paulo, Editora Unesp, 2002), cuja primeira edição italiana é de 1994, Bobbio, na vertente de sua reflexão sobre os direitos humanos, examina a natureza do preconceito e o racismo hoje, e no capítulo sobre o problema do mal sublinha que Auschwitz foi um dos grandes eventos catastróficos que suscitam a questão do mal ativo, infligido, e do mal passivo, sofrido.

A relevância de “Quinze Anos Depois”, que a *Revista USP* publica com a autorização da família Bobbio, é grande. Com efeito, trata-se do texto no qual o grande pensador, falecido em janeiro de 2004, discute o Holocausto com o rigor e a profundidade que caracterizam sua obra, na qual mesmo o falado é sempre “*un parlato scritto e riscritto*” (Norberto Bobbio, Pietro Polito, “Il Mestieri di Vivere, il Mestieri di Insegnare, il Mestieri di Scrivere – A Colloquio in Occasione dei Novant’anni di Norberto Bobbio”, in *Nuova Antologia*, Fasc. 2211, luglio-settembre/1999, p. 43). Nesse texto Bobbio empenha-se em pensar o Holocausto como uma das grandes questões da política e dos direitos humanos do século XX. Daí a possibilidade de estabelecer uma aproximação, que acho pertinente, com a reflexão de Hannah Arendt, pois existem afinidades entre os dois que “Quinze Anos Depois” permite explorar. Evoco, como ponderação inicial, antecipando o que a seguir argumentarei, que Bobbio, na carta de 2 de outubro acima mencionada, no parágrafo anterior ao que citei a propósito do envio da separata “Quinze Anos Depois”, escreveu:

*“Non ho ancora letto il Suo saggio sulla Arendt. Ma lo leggerò quanto prima, perché il tema è interessante. Intanto le do la citazione precisa della rivista che, come le avevo accennato quella sera nel Suo studio, ha dedicato alcuni saggi alla figura e al pensiero della Arendt. Si tratta della rivista ‘Comunità’, pubblicata dalla stessa casa editrice Comunità che ha pubblicato due miei libri (che lei conosce). È una rivista che esce a grossi fascicoli annuali. L’ultimo reca il numero 183, è uscito nel 1981. Tra gli articoli sulla Arendt ce n’è uno di Habermas e uno di Nisbet. Ci sono anche alcune pagine biografiche di Elisabeth Young-Bruehl, che, come ho appreso da Lei, è l’autrice della biografia”.*

## II

Menciono em primeiro lugar, como ponto de partida, uma asserção de Bobbio. O genocídio premeditado e organizado, conduzido pelo regime nazista, diz ele, é “um fato único na história, o maior delito até agora realizado por homens contra homens”. Nesse sentido, Bobbio, em 1960, antecipa a tese sustentada por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, publicado em 1963, revisto em 1964, de que o Holocausto é, pela natureza e escala, um crime sem precedentes e sem antecedentes (cf. Celso Lafer, *A Reconstrução dos Direitos Humanos, um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, cap. VI). Nada há, lembra Bobbio, que se compare com o genocídio organizado e premeditado no qual “o extermínio foi o fim em si mesmo”.

Bobbio reitera essa visão do genocídio também num discurso pronunciado na sinagoga de Turim em 13 de maio de 1990, publicado no jornal *La Repubblica* de 17 de maio de 1990 com o título “I Barbari dei Lager Possono Tornare...”

Disso deriva outra grande questão discutida por Bobbio e que pode ser qualificada como integrando o tema arendtiano da ruptura. Em outras palavras, a dificuldade de encontrar, nas tradicionais categorias do pensamento, uma explicação aceitável para o genocídio como um dos componentes do ineditismo histórico do totalitarismo (cf. Celso Lafer, *A Reconstrução dos Direitos Humanos, um Diálogo com o*

*Pensamento de Hannah Arendt*, op. cit., caps. III e IV). Como diz Bobbio: “não conseguir explicar sua razão em termos dos habituais motivos humanos o torna mais medonho”. Bobbio reitera, igualmente, esse tema da ruptura no discurso acima mencionado:

*“Il genocidio degli ebrei è un delitto premeditato, preannunziato negli scritti dei nazisti, e scrupolosamente, scientificamente, eseguito. Si distrugge il nemico per vincere la guerra. Ma la strage degli Ebrei a che cosa doveva servire? A che cosa è servita? Nelle mie categorie di storico e di uomo di ragione non trovo una risposta a queste domande”.*

Nesta ordem de consideração sobre a vigência ou não das categorias do pensamento, permito-me lembrar que Bobbio, valendo-se das lições dos clássicos, discutiu, depois da publicação de “Quinze Anos Depois”, em muitos textos, as relações entre ética e política e o tema da razão de Estado. Observa Bobbio que uma das maneiras de se tratar dessa sempre problemática relação é a de considerar que a afirmação não-ética da razão de Estado encontra sua justificação na exceção à regra, por força da necessidade, que não tem lei mas é uma lei em si mesma. É o que ocorre no direito penal ou no direito constitucional no Estado de emergência. A doutrina da razão de Estado afirma, assim, a possibilidade da derrogação por justa causa das normas e justifica dessa maneira a contração lícita dos governantes, que também é sustentada pela natureza especial da ética política como uma ética especializada (cf. Norberto Bobbio, *Elogio da Serenidade e Outros Escritos Morais*, op. cit., parte I, pp. 49-99). O que torna o horror do Holocausto ainda mais incompreensível é precisamente o fato de não ser a consequência de um Estado de necessidade. Daí a perplexidade que causa, pois o repertório do pensamento não nos oferece categorias para lidar com o tema.

Hannah Arendt, em função de sua reflexão sobre o processo Eichmann e das questões jurídicas e políticas que suscitou, discute esse problema num texto de 1964, “Personal Responsibility Under Dictatorship”, só recentemente publicado na sua versão completa. Aponta que a clássica teoria da razão de Estado não antecipou a completa reversão no regime nazista da legalidade, pois o que caracterizou o regime foi a normalidade das atividades criminosas. Assim, os atos criminosos não são uma exceção à regra justificada como necessária para manter o exercício do poder, mas a própria regra. Por esse motivo há uma diferença entre as ditaduras fascistas e os regimes totalitários plenos. Naquelas, os crimes, ainda que frequentes, guardam um elemento de exceção – por exemplo, o assassinato de Matteoti que ela explicitamente cita –, já nestes, a exceção é a norma. É, paradoxalmente, o Estado de necessidade que pode retardar o extermínio, como foi num momento a decisão de Himmler, que ela menciona neste contexto (Hannah Arendt, *Responsibility and Judgement*, edited and with an introduction by Jerome Kohn, N. York, Schocken Books, 2003, p. 39).

Bobbio foi um antifascista convicto e militante e ao fascismo dedicou importantíssimos estudos críticos (cf. Norberto Bobbio, *Del Fascismo alla Democrazia – I Regime, le Ideologie, le Figure e la Cultura Politiche*, a cura di Michelangelo Bovero, Milano, Baldriini/Castoldi, 1997). Para os propósitos desta primeira aproximação com Hannah Arendt não cabe uma discussão a respeito da análise de Bobbio sobre a especificidade do fascismo, mas vale a pena lembrar um seu pequeno texto de 1987 em que discute e responde à pergunta: o fascismo foi autoritário ou totalitário? Diz Bobbio que o fascismo foi medularmente antidemocrático e registra que teve o seu início autoritário e ditatorial, por meio do uso da força, com o assassinato de um dos chefes da oposição – Matteoti.

Para Hannah Arendt o fascismo não foi, como acima mencionado, um regime totalitário. Ela lembra, aliás, que Mussolini, que tanto apreciava o termo “estado totalitário”, não tentou estabelecer

um regime plenamente totalitário, contentando-se com a ditadura e o partido único (cf. Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo – Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*, trad. de Roberto Raposo, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 358-9). Bobbio entende, na mesma linha, no seu texto de 1987, que o fascismo foi um projeto totalitário não realizado por várias razões. Entre elas, aponta a continuidade da presença, na Itália fascista, da monarquia e da igreja; a falta de vontade ou a incapacidade do partido fascista de querer ser verdadeiramente totalitário, o mesmo se podendo dizer de Mussolini que, como líder, não atuou de maneira plenamente totalitária (“Il Fascismo fu Autoritario o Totalitario?”, in *Storia Illustrata*, nº 359, ottobre/1987, p. 124).

Esta é a razão pela qual o fascismo, como também mostra Bobbio, não destruiu a cultura que, apesar das condições adversas inerentes a um regime ditatorial, logrou exprimir-se de diversas maneiras na produção intelectual italiana (cf. Norberto Bobbio, *Il Dubbio e la Scelta – Intellectuali e Potere nella Società Contemporanea*, Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1993, pp. 75-111). Em texto de 1988, Bobbio também observa, no confronto entre fascismo e nazismo, as formas como terminaram. Hitler se suicidou no seu *bunker* na undécima hora da queda de Berlim. Mussolini perdeu o poder em 1943 por uma conjura interna do Grande Conselho Fascista que não teria sido possível na Alemanha nazista (Norberto Bobbio, *L’Utopia Capovolta, Le Nostre Colpe Rimosse*, Torino, La Stampa, 1990, p. 125).

Na seqüência desta aproximação Bobbio-Arendt, realço que ele chega por caminhos próprios a uma vertente da reflexão de Hannah Arendt sobre o anti-semitismo moderno em *Origens do Totalitarismo*, calcado no conceito do “inimigo objetivo”, ou seja, no ataque e combate não a um judeu mas aos judeus em geral, independentemente da atitude ou ação dos judeus-indivíduos (cf. Celso Lafer, *Hannah Arendt, Pensamento, Persuasão e Poder*, 2ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Paz e Terra, 2003, cap. 3). É o que Bobbio formula nos seguintes termos: “o ódio racial, o ódio voltado não contra esta ou aquela pessoa mas contra um *genus* e, portanto, contra todos aqueles que pertencem àquele *genus*, independentemente do fato de nos terem trazido algum dano”. A seguir esclarece, a propósito do genocídio:

“Mas se essa for uma explicação – e por mais que eu busque, parece-me a única possível – é também a mais dura condenação do nazismo: pela mesma razão que o amor mais alto é o amor não por esta ou aquela pessoa querida, mas pelo próximo, assim o ódio mais baixo é o ódio não de uma só pessoa, mas de uma raça inteira e, portanto, dos indivíduos que a ela pertencem, não por culpas de que sejam responsáveis, mas por descenderem dela”.

Um último ponto na aproximação Bobbio-Arendt merece ser referido. Nas suas reflexões provocadas pelo processo Eichmann, Hannah Arendt trata do tema da culpa coletiva e, num texto de 1968, estabelece uma diferença – uma dicotomia ao modo de Bobbio – entre o sentir-se culpado e a responsabilidade coletiva. A culpa (*guilt*) é pessoal, refere-se a atos e não a intenções e possibilidades. É esta a posição de Bobbio, num artigo de 1988, no qual, tratando da *Schuldfrage* alemã afirma: “Não existe uma culpa coletiva. A culpa coletiva, admitindo que seja lícito usar esta expressão, é sempre apenas a soma, grande ou pequena, de responsabilidades individuais” (Norberto Bobbio, *L’Utopia Capovolta*, op. cit., p. 125). Já a responsabilidade coletiva, aponta Hannah Arendt, tem outra característica. É política e envolve uma preocupação que não é com o próprio ser mas com o mundo. Tem, assim, a dimensão grega e romana da virtude política da cidadania, na qual o critério é a boa conduta para o mundo em que se vive (cf. Hannah Arendt, *Responsibility and Judgement*, op. cit., pp. 151-3).

É esta republicana responsabilidade política que Bobbio, levando em conta consciência e lembrança, assume na conclusão de seu texto:

“O nosso dever é afirmar que não há raças, mas homens; que o ódio racial é um dos mais terríveis flagelos da humanidade; que a expressão mais violenta do ódio racial foi o hitlerismo, compartilhado pela maior parte dos ‘bons patriotas’ alemães; que a aparição de uma suástica é uma sombra da morte e, em qualquer lugar que ela reapareça, os homens de boa vontade, embora divididos em suas ideologias e interesses, estão empenhados em se reunir num pacto de solidariedade para apagá-la”.

### III

Permito-me concluir este texto de apresentação com uma nota conceitual e uma pessoal. É válida conceitualmente esta aproximação proposta entre Bobbio e Arendt? Eu creio que Bobbio não a rejeitaria. Ele conhecia e reconhecia a importância da obra de Hannah Arendt, como se pode ver pela carta acima mencionada que me escreveu em 2/10/83, embora sobre ela não tivesse escrito. Em abono adicional da minha aproximação lembro que Bobbio citou, com apreciação, em *A Era dos Direitos*, o meu livro sobre *A Reconstrução dos Direitos Humanos – um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt* e penso que as convergências apresentadas não distorcem a especificidade própria dos respectivos pensamentos e são um trabalho de mediação cultural, que está muito no espírito do trabalho intelectual de Bobbio.

No plano pessoal, registro que reli “Quinze Anos Depois”, no início de 2003, quando me preparava para escrever um parecer submetido ao Supremo Tribunal Federal a propósito do caso Ellwanger, no julgamento do *habeas corpus* 82424-2. No *habeas corpus* esse editor de Porto Alegre, de assumida orientação nazista, procurou elidir a pena a que fora condenado, pelo crime da prática do racismo, em razão de sua conduta sistematicamente voltada para instigar o ódio racial por meio da publicação de obras anti-semitas, da denegação do fato histórico do Holocausto e da apologia do nazismo.

OSTF, nesse *leading case*, concluiu o julgamento do *habeas corpus* em setembro de 2003 e confirmou, pela expressiva maioria de oito votos, a condenação de Ellwanger pelo crime da prática do racismo. Tanto no parecer quanto em artigos que escrevi sobre o assunto e em conferências e entrevistas dadas, vali-me da obra de Bobbio, cabendo registrar que os ministros do STF fizeram inúmeras referências a Bobbio nos seus votos. Foi o que relatei a Bobbio em carta de 20 de outubro de 2003, com a qual encaminhei o artigo, publicado em *O Estado de S. Paulo* de 19 de outubro de 2003, em que celebrei os seus 94 anos com afetuosa admiração. Foi também isto o que tive a oportunidade de dizer a ele, de viva voz, em 30 de novembro, quando o visitei pela última vez em Turim, pois a solução do caso Ellwanger pelo STF, lastreada no Direito, obedeceu à recomendação de Bobbio sobre a suástica como uma sombra da morte que cabe aos homens de boa vontade apagar num pacto de solidariedade. Daí também a pertinência de se publicar, no Brasil, “Quinze Anos Depois”, pois se trata, além do mais, de um texto de Bobbio sobre nazismo/anti-semitismo/genocídio muito pouco acessível. Foi pensado e sugerido à *Revista USP* como mais uma homenagem pelos seus 94 anos. Infelizmente, tornou-se uma celebração *post-mortem* a um grande pensador e grande homem. Penso que ele a apreciaria, pois está em consonância com a sua sensibilidade em relação ao tema. Com efeito, num texto de 1978, Bobbio recorda a sua juventude em Turim, sua amizade com colegas judeus e seu relacionamento com Leone Ginzburg, que considerava um irmão mais velho, para, concluindo, afirmar: “*Fu questa vicinanza, ho detto quest’affinità elettiva, ai miei coetanei che mi ha fatto sentire con particolare intensità, con una sensibilità quasi morbosa, l’infamia della grande ecatombe, di cui gli ebrei furono vittime durante il sanguinoso dominio di Hitler in Europa*” (“Ebrei di Ieri e Ebrei di Oggi fronte al Fascismo”, in *Il Ponte* – XXXIV nº 11-12, 30 novembre-31 dicembre/1978, pp. 1314-8).

---

Tradução de Liliana Laganá e  
Ivan Neves Marques Junior

---

d

devemos confessar que foram suficientes quinze anos para que a tragédia da Europa e, na tragédia da Europa, o extermínio dos judeus fossem esquecidos e aparecessem às novas gerações como fruto de imaginação mórbida ou, pior, de propaganda interessada ou de deliberada deformação? Os encontros realizados há algumas semanas na União Cultural foram para todos nós um doloroso despertar. Mas não poderíamos imaginar que o argumento mais persuasivo, se bem que repugnante, viria não dos nossos discursos, mas dos fatos.

Os fatos são estes: existem ainda na Alemanha, na Europa, entre nós, aqueles que cometeram tais delitos, que a vergonha, mais do que o desgosto, demasiadas vezes nos impediu de nomear, e não estão satisfeitos. Diante dos jovens desconhecedores e desejosos de conhecer a verdade, havíamos acreditado que o argumento muito mais eficaz fosse o de apontar as vítimas. Nunca havíamos pensado que poderíamos nos valer de um argumento mais irrefutável: apontar os carnífcies e os que continuam suas obras. Eles existem. Deram sinal de vida. Deixaram as marcas de suas mãos sujas nas ruas, nas paredes, nos cemitérios, nos templos. Àqueles que não acreditavam que esses fatos fossem verdadeiros, podemos agora responder que há pessoas que não só sabem serem verdadeiros, mas os julgam até justos. E desejariam recomeçar.

Não queremos dramatizar. São episódios esporádicos, talvez efêmeros. Mas a idéia de que exista um só ser humano que ache que não foi suficiente, para o qual os montes de cadáveres não tenham parecido suficientemente altos, nos enche de horror e de dor. Se um só ato sublime de caridade é suficiente para nos exaltar, devemos ter a coragem de dizer que basta um único ato de abjeção para nos colocar em estado de alerta. Eu sei: não foi preciso esperar Hitler – escreveu-o também Mauriac – para saber que o homem é impuro, que o mal está em nós. Mas acreditávamos que somente Hitler e seus ale-

mães tivessem demonstrado como se pode chegar ao limite. Pois bem, há alguém, não sei se mais malvado ou mais ensandecido, para o qual o limite ainda não foi atingido. Sentimo-nos consternados e aviltados. Estamos reunidos hoje aqui, cidadãos de todos os credos e de todos os partidos, mas de uma só raça, para exprimir nossa consternação e nosso aviltamento, para realizar um gesto de solidariedade para com os perseguidos, de depreciação aos perseguidores, e dizer juntos em voz alta: Hitler nunca mais.

Devo admitir que mesmo entre aqueles que não são indiferentes e se indignam conosco, nem todos se deram conta de que o massacre dos judeus realizado por Hitler é um fato único na história, o maior delito até agora realizado por homens contra outros homens. Com o nazismo, o genocídio premeditado e organizado apareceu pela primeira vez na história do homem. Demasiadas vezes ouvimos dizer: toda guerra tem os seus horrores e quantos horrores na última guerra, em todos os povos e com todos os regimes. E as guerras coloniais? E os regimes totalitários? E a bomba de Hiroshima? Não estamos aqui para defender os horrores das guerras. Mas, acreditem, para fazer saber aos jovens que as guerras são atroztes, não precisaríamos de mostras nem de conferências. Desde a Guerra de Tróia os nossos estudantes sabem qual é o destino reservado ao inimigo vencido. Entre o horror da guerra e o horror do genocídio, ainda que não houvesse uma diferença de quantidade (mas seis milhões de mortos são uma quantidade desmesurada), existe uma diferença de natureza: a guerra é a eterna luta do homem contra o homem, conduzida com meios violentos, os homens que se tornaram lobos famintos que se devoram uns aos outros; a guerra pode também conduzir ao extermínio, mas o seu fim é a vitória, não o extermínio. No genocídio organizado e premeditado o extermínio foi o fim em si mesmo. Não homens contra homens, mas homens contra coisas sem alma, ainda que falem, chorem e gemam, coisas que se destroem como se destrói um bairro insalubre e do qual não se deve deixar nenhum vestígio. O genocídio pode fazer pensar, talvez, em uma hecatombe, em um sacrifício humano. Mas é necessário acres-

centar logo isto: nenhum deus, nem mesmo aquele imaginado pela mais rude e bárbara fantasia, foi assim tão sanguinário a ponto de exigir seis milhões de vítimas.

Uma das razões do horror que o genocídio nazista continua a suscitar em mim é o fato de não haver uma explicação, quero dizer uma daquelas explicações das quais se servem habitualmente os historiadores para inserir um fato em um contexto mais geral, como os interesses econômicos, o desejo de poder, o prestígio nacional, os conflitos sociais, as lutas de classe, as ideologias. Ou, pelo menos, as várias explicações que foram tentadas são tão inadequadas que nos deixam insatisfeitos, e às vezes até enfasiados: a filosofia alemã, o romantismo, Nietzsche, o militarismo, a crise econômica, a depressão moral que se seguiu ao Tratado de Versailles e, por outro lado, o poder econômico dos judeus, sua oposição ao regime, seu natural cosmopolitismo. Coloquem essas explicações todas juntas: mesmo assim vocês nunca conseguirão estabelecer um nexos plausível entre as causas e o efeito. No entanto, a procura do movente nas ações humanas é tão natural que quando não o descobrimos somos induzidos a negar a própria existência do fato. Mas aqui o fato existe: não conseguir explicar sua razão em termos dos habituais motivos humanos o torna mais medonho. É como debruçar-se em um abismo do qual não se consegue ver o fundo: nos causa uma sensação de vertigem. Justamente a mesma vertigem que experimento quando procuro penetrar o abismo insondável do espírito alemão. Há, sim, uma explicação: o ódio racial, o ódio voltado não contra esta ou aquela pessoa, mas contra um “genus” e, portanto, contra todos aqueles que pertencem àquele “genus”, independentemente do fato de nos terem trazido algum dano. Mas se essa for uma explicação – e por mais que eu busque, parece-me a única possível – é também a mais dura condenação do nazismo: pela mesma razão que o amor mais alto é o amor não por esta ou aquela pessoa querida, mas pelo próximo, assim o ódio mais baixo é o ódio não de uma só pessoa, mas de uma raça inteira e, portanto, dos indivíduos que a ela pertencem, não por culpas de que sejam respon-

sáveis, mas por descenderem dela.

Aconteceu-me muitas vezes fazer comparações para tentar entender: mas os outros dois grandes delitos coletivos da humanidade que me vieram à mente, a destruição dos indígenas das ilhas da América Central cometida pelos conquistadores espanhóis e o tráfico dos negros, me parecem menos truculentos e sombrios, justamente porque consigo encontrar para eles uma explicação que não vai além dos habituais motivos da corrompida natureza humana. Mas a lúcida gratuidade dos campos de extermínio deixa-me estarrecido e me faz perguntar: por quê? Que sentido teve tudo aquilo? Nesse caso fomos realmente para além daquela capacidade de maldade que mesmo os mais pessimistas observadores da alma humana jamais atribuíram a seus semelhantes. A noite de São Bartolomeu, em comparação, foi uma empresa de principiantes. Por isso o maior escritor alemão do nosso século, que o nazismo expulsou do próprio país, falou repetidamente de “pacto com o diabo”. Não é uma explicação melhor do que as outras; mas na hipótese de que tal pacto tivesse sido feito, era a única explicação que procurava dar conta daquela medida maior de perversidade da qual o nazismo dera prova tão infalível.

Na verdade, nós sabemos bem que a idéia do extermínio total do povo judeu não foi obra do demônio. Ela nasceu no cérebro de alguns homens. E também sabemos quais.

Os historiadores estabeleceram até com uma certa aproximação a data em que esse projeto teria amadurecido. Foi provavelmente no início de 1941, quando a guerra estava exacerbada e a esperança dos nazistas em um fim rápido e vitorioso já desaparecera. Então os chefes, em relação aos judeus, decidiram passar da fase da perseguição, que começara logo após a chegada de Hitler ao poder, à fase do extermínio. Lembro-me ainda da nossa emoção quando saiu no jornal de Goebbels *Das Reich*, de 25 de novembro de 1941, o artigo “Os Judeus São Culpados”. Mas somente os iniciados podiam saber que aquele era o sinal para o início do grande massacre. Em 20 de janeiro de 1942, Heydrich comunicou aos representantes de todas as administrações

do Reich as linhas do plano de eliminação. Cito de Poliakov as palavras textuais:

“No quadro da solução final do problema, os judeus devem ser transferidos sob boa escolta ao Leste e destinados a serviços de trabalho. Alinhados em colunas, os judeus válidos, homens de um lado, mulheres do outro, serão conduzidos para esses territórios para construir estradas: é evidente que uma grande parte sucumbirá, eliminando-se assim naturalmente. Afinal os sobreviventes – que é preciso considerar como a parte mais resistente – deverão receber o tratamento adequado”.

Esse comunicado era reservado. Mas em que consistiu esse “tratamento” tivemos um modo de sabê-lo pelos muitos anos de infatigável exercício, que não poderia ser mantido escondido, e pelos poucos sobreviventes. Talvez somente os jovens das nossas escolas, e parece também das escolas alemãs, nunca souberam nada disso. No entanto ainda há alguma coisa que o comunicado não diz: o tratamento reservado aos sobreviventes, como recompensa das benemerências adquiridas nos campos de trabalho, será imediatamente aplicado àqueles que se revelaram inábeis ao trabalho, todos os velhos, todos os meninos, grande parte das mulheres.

• • •

A empresa era verdadeiramente gigantesca, em tudo digna de um dos povos mais tecnicamente avançados do mundo. Os escritórios nazistas calculavam que existiam onze milhões de judeus na Europa e cerca de dez milhões nos territórios ocupados pelos alemães. Para exterminar dez milhões de pessoas, em um período razoável de dois anos, seria preciso matar uma média de quinze mil por dia. Foi assim que a organização da morte passou gradativamente da fase artesanal dos fuzilamentos e dos caminhões da morte, nos quais não poderiam morrer mais do que cinquenta ou sessenta pessoas por execução, à fase altamente industrializada das câmaras de gás, nas quais, só no campo de Auschwitz, chegaram a morrer até doze e quinze mil pes-

soas por dia. E se o número final não foi obtido, decerto não foi pela insuficiência da fábrica ou pela má vontade dos empreendedores e de seus ajudantes, mas somente pelos acontecimentos da guerra, que impediram a dominação nazista de se impor na Europa.

Mas a mancha ficou. É uma daquelas manchas que não se lavam. E muito menos podemos esquecê-la, procurando não falar dela. Seria demasiado cômodo. E depois, como vocês vêem, a mancha mal apagada de quando em quando reaparece. É necessário, pois, ter a coragem de falar dela; e, falando, procurar entender sempre melhor o que foi. Somente assim talvez conseguiremos mais cedo ou mais tarde nos livrar do pesadelo. Alguém disse, vocês estão lembrados, Hitler está em nós. Sei que isso pode ser entendido como a eterna tentação de se precipitar no abismo do ódio: mas pode ser entendido também como o sinal indelével que essa experiência monstruosa deixou em nossas almas.

Há delitos que nunca se expiam por inteiro. Qual expiação poderia ser tão radical a ponto de eliminar da história o fato de que alguns milhões de homens inocentes foram assassinados com uma regularidade, uma frieza, uma precisão digna do povo mais cientista do mundo? E depois, quem expiou? Os alemães? A julgar pelo seu modo de viver não se diria. Seu ministro predileto, o criador do milagre, há poucos dias lamentava-se da falta de vida espiritual, da insaciável busca do bem-estar como única preocupação de seus concidadãos. O pensamento de que a morte de alguns chefes nazistas tenha vingado a morte nos campos de deportação é inaceitável. A morte de um culpado nunca reparou a morte de um inocente. Imaginem, então, quando os inocentes são alguns milhões.

• • •

Conhecemos demasiado bem a história, para sabermos que avança com muita lentidão. Não concede reparações ou, quando as concede, às vezes é preciso esperar por elas alguns séculos. E muito menos acredito nas expiações coletivas, porque não acredito que haja um Espírito da História

que ponha ordem em todas as coisas. A consideração do Espírito da História é pretexto para permanecermos indiferentes face ao bem e ao mal, e para encontrar uma justificativa para tudo aquilo que acontece. É também o caminho pelo qual se perdem de vista os indivíduos e se vêem somente as coletividades, as nações, os povos, as raças, as classes. Mas uma vez perdidos de vista os indivíduos, a nossa sensibilidade moral se embota, a nossa capacidade de compreender e de sofrer juntos se exaure. Vocês notaram que quanto mais nos afastamos no tempo e consideramos idades remotas, mais perdemos de vista os indivíduos e vemos somente massas sem rosto. Ou, se alguma lembrança individual sobrevive, ela diz respeito a uma grande personalidade. Os outros são cinzas e pó. Se, face ao extermínio dos judeus, confiássemos no Espírito da História, isso significaria que nos afastamos dele irremediavelmente, considerando-o como fato concluído, já longe de nós, que não nos diz respeito, e pelo qual não somos tocados. Mas a história justifica, não expia. E não existem expiações coletivas. A expiação é sempre um fato individual, como são individuais os delitos que a exigem.

Expiação para mim significa dar-se conta de que, depois daquilo que aconteceu na Alemanha, estamos todos marcados, nem nos é permitido ser completamente felizes. Mesmo com o vento mais impetuoso, uma parte do céu da nossa geração permanecerá para sempre obscurecido. A expiação deve acontecer dentro de cada um de nós: ela é consciência e lembrança. Mas aí de nós se, abandonando-nos à justiça da história, perdêssemos de vista cada indivíduo e não víssemos senão os milhares e as centenas de milhares, uma pura abstração. É preciso tentar entender que cada um dos seis milhões era um indivíduo especificamente determinado, com um nome e sobrenome, com um drama seu diverso do drama de todos os outros, com seu sofrimento. E considerar que esse sofrimento repetiu-se por milhares e milhares de vezes. A eficácia da documentação fotográfica é enorme, justamente porque serve para nos fazer ver o indivíduo: aquela mãe com seu menino no colo, à espera de chegar à portinhola

da morte, existiu realmente com aquele rosto, com aqueles cabelos, aqueles olhos, com aquele olhar. Nunca poderemos esquecê-la.

Mas seis milhões são demasiados, são realmente demasiados para nossa possibilidade de reconstruir a história íntima e secreta de cada um. Por isso a expiação nunca poderá ser completa. A expiação é a capacidade de reviver com cada um o momento da espera e da angústia, de não sobrepôr as imagens, como se o fato de serem atirados juntos naquele imenso morticínio houvesse destruído todos os caracteres individuais, para percorrer novamente a história de todos não nos bastaria a vida. Todo rosto que permaneceu desconhecido, todo grito que permaneceu não ouvido é uma expiação traída.

• • •

Ter Hitler nas costas, como tem a nossa geração, não é um destino invejável. Mas ao menos façamos de modo que permaneça realmente atrás de nós e não permitamos que um germe não eliminado a tempo propague o contágio. Sabemos qual é o nosso dever. Sinto-me orgulhoso de que eu tenha tido a honra de repeti-lo solenemente neste dia e neste templo, diante de autoridades, da comunidade israelita, dos companheiros da Resistência. O nosso dever é afirmar que não há raças, mas homens; que o ódio racial é um dos mais terríveis flagelos da humanidade; que a expressão mais violenta do ódio racial foi o hitlerismo, compartilhado pela maior parte dos “bons patriotas” alemães; que a aparição de uma suástica é uma sombra de morte e em qualquer lugar que ela reapareça os homens de boa vontade, embora divididos em suas ideologias e interesses, estão empenhados em se reunir num pacto de solidariedade para apagá-la. Não podemos permitir que nossa cidade, que debaixo de uma fachada de indiferença esconde um coração generoso, seja contaminada. Desejamos, pelo contrário, na jornada dedicada à comemoração dos deportados, unir o nosso pranto ao dos sobreviventes, renovar a lembrança de todas as vítimas, invocar para os nossos filhos aquela paz que perdemos, e ainda não voltamos a encontrar.